

# 1. Introdução

A presente pesquisa, que se insere na linha de pesquisa Trabalho, Gênero e Políticas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, tem por objeto de análise a rede de proteção social aos trabalhadores alocados na iniciativa privada, enfocando a possível influência de tal rede sobre a construção das concepções de direitos sociais e cidadania por parte destes trabalhadores, na atualidade.

Para a realização desta pesquisa optei pelo estudo de caso de Furnas Centrais Elétricas S.A. e demais empresas subsidiárias, como referência empírica. A escolha do campo se deu em função de minha inserção atual como assistente social na CAEFE - Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear, empresa que foi criada com o objetivo de prestar benefícios de cunho socioassistencial aos empregados, contratados, aposentados e pensionistas que possuem vínculo com Furnas e com a Eletronuclear. Contudo, o interesse em estudar esta realidade é anterior e remonta à minha atuação profissional como assistente social da Fundação Real Grandeza, fundo de previdência privada, também ligado a Furnas e Eletronuclear.

Para investigar tal realidade, as primeiras aproximações com o objeto de estudo me levaram a contextualizar a empresa central escolhida para o estudo de caso e, posteriormente, as empresas satélites a ela ligadas, que também apresentam práticas assistenciais.

Tal procedimento se faz necessário em função do negócio de Furnas Centrais Elétricas referir-se à produção de energia elétrica. Quanto às suas políticas socioassistenciais, direcionadas ao seu quadro de trabalhadores e expressas através de suas áreas de recursos humanos, foram em grande parte delegadas, ao longo de sua trajetória, a outras empresas do sistema, como a Fundação Real Grandeza (fundo previdenciário privado) e a Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear (órgão destinado a materializar a política assistencial privada, por meio de benefícios sociais e serviços). Registra-

se, ainda, neste complexo uma cooperativa de crédito mútuo, a Cecremef – Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e Eletronuclear e a Associação de Aposentados e Pensionistas de Furnas, a AposFurnas.

Furnas foi criada em 1957, através do Decreto Federal nº 41.066 e começou a funcionar efetivamente em 1963, em Passos (MG). Em 1º de junho de 1971 a sede foi transferida para o Rio de Janeiro, no mesmo ano que foi criado seu fundo de pensão privado, enquanto entidade de previdência e assistência social, com sua estrutura subordinada diretamente ao organograma vigente na empresa central. Com este advento, foi também criada a primeira equipe de Serviço Social, em 1972.

Com o processo de retração do papel do Estado como provedor da assistência ao trabalhador, as empresas, através dos “benefícios” ao trabalhador, vêm suprindo esta lacuna, reafirmando o conceito da cidadania regulada, na medida em que somente os seletos grupos de trabalhadores contemplados por tais benefícios têm acesso a saúde, alimentação, educação etc. em níveis considerados dignos e de qualidade. Paralelamente a este processo, constata-se o sucateamento dos mecanismos de prestação de bem estar social à população, de um modo geral, especialmente em relação à saúde e à educação.

Por tratar-se de um objeto muito amplo, se fez necessário estabelecer recortes que tornem o projeto de pesquisa viável, tanto do ponto de vista da coleta e análise de dados, quanto do ponto de vista do aspecto da realidade a ser investigada.

No decorrer do mestrado, em uma das disciplinas cursadas, tive acesso ao livro de Ângela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*, que apresenta um dos capítulos intitulado “Quem tem ofício tem benefício”. Ao deparar-me com este título constatei que vinha ao encontro dos meus questionamentos, no que se refere ao fato das políticas sociais privadas, voltadas ao trabalhador, serem restritas a um seletos grupo da população. Portanto, pretendo aqui discutir sobre a garantia de direitos, que deveriam ser universais de acordo com a Constituição Federal de 1988, serem destinados de forma mais abrangente e diferenciada a um determinado grupo de trabalhadores, que cada vez mais se constitui heterogêneo.

O caráter de heterogeneidade tratado remete-se conceitualmente à classe-que-vive-do-trabalho, ou à hifenização do trabalhador<sup>1</sup>.

Trata-se de discutir benefícios sociais disponibilizados à população, em geral, em contraposição aos benefícios voltados exclusivamente aos trabalhadores de algumas empresas, sem perder de vista as diferenças que caracterizam esse grupo de trabalhadores e as características mais gerais do conjunto da classe trabalhadora brasileira atual.

Há, ainda, outro aspecto a ser considerado, na medida em que certos benefícios são oferecidos somente a um grupo de trabalhadores que fazem parte de determinadas empresas, ou que têm certo nível hierárquico ou de especialização.

No caso específico da Caefe, o caráter heterogêneo do trabalhador fica evidente a partir dos exemplos de acesso àquela rede de proteção social privada. De acordo com o estatuto da instituição, somente os associados empregados, aposentados e pensionistas fazem jus ao recebimento de benefícios, ficando os associados contratados com acesso permitido somente para a aquisição dos serviços.

Dito de outra forma, ao primeiro grupo é garantido o acesso ao auxílio-funeral, empréstimo social, cartão-alimentação e programa de integração, ações subsidiadas pela caixa de assistência, além de poderem contratar toda a parte de serviços disponibilizada pela empresa. Ao segundo grupo é permitido apenas o acesso aos serviços que são integralmente custeados pelo associado, ou seja, plano de assistência odontológica, seguro de veículo e residencial, dentre outros produtos.

Para além da desigualdade de acesso dos diferentes atores sociais envolvidos neste processo, consideramos também outros dois contingentes de trabalhadores – os terceirizados, que prestam serviços de limpeza e segurança, bem como os trabalhadores da própria caixa de assistência. A estes não é conferida sequer a possibilidade de figurar como associados à caixa de assistência. Desta forma, não lhes é assegurada também a possibilidade de usufruir benefícios

---

<sup>1</sup> De acordo com Antunes (1999), a expressão classe-que-vive-do-trabalho atribui contemporaneidade ao conceito de classe trabalhadora tratado por Marx, englobando as atuais metamorfoses da classe trabalhadora evidenciando, assim, a forma compartimentalizada como os trabalhadores vêm se configurando atualmente.

e serviços que a entidade presta aos demais. Neste sentido, Silva (2008) realiza a seguinte análise quanto à classe trabalhadora e a lógica do modo de produção capitalista:

Ademais, na produção de mercadorias, o resultado do processo produtivo (o produto), quando pronto e acabado, é completamente estranho ao seu produtor porque o produto apresenta-se para o trabalhador como perda do objeto e perda de si mesmo. Por um lado, o trabalhador não consegue comprar o produto do seu trabalho no mercado, por outro, sua vida também se torna um objeto a ser vendido no mercado. Sua relação com o produto do trabalho tem poder sobre o trabalhador, oprime-o e lhe é hostil por não lhe pertencer (SILVA, 2008, págs. 143-144).

Diante do exposto, a pesquisa se propõe a conhecer a percepção dos trabalhadores quanto aos direitos sociais e cidadania, materializados via “concessão de benefícios sociais”, prestados pela rede de proteção social privada, tomando como exemplo o caso de Furnas e suas empresas subsidiárias.

A fim de atingir os objetivos propostos pela pesquisa, foi necessário, no primeiro momento, realizar uma revisão bibliográfica que possibilitasse, especialmente, situar o debate em torno de questões centrais para este estudo, tais como classe trabalhadora, reestruturação produtiva, políticas sociais, direitos sociais e cidadania.

Considerando tratar-se do desvelamento de elementos presentes na dinâmica de prestação de “benefícios” da rede de proteção social privada ao trabalhador alocado em empresa, a fim de perceber possíveis impactos na construção das noções de direitos sociais e cidadania por parte deste grupo de trabalhadores, optamos pela realização de pesquisa exploratória, a partir de um estudo de caso.

A escolha do campo a ser pesquisado não se deu de forma aleatória. Como já mencionado, foi a atuação como assistente social que despertou meu interesse em pesquisar algumas inquietações presentes no fazer profissional. Uma das mais expressivas, no campo a ser estudado, diz respeito ao fato de que nem todos os trabalhadores têm acesso aos “benefícios” prestados pela empresa.

Com base nas características observadas na realidade do campo empírico, ficou reforçada a viabilidade de realização do estudo de caso, com a coleta de dados através de entrevistas semi-estruturadas, que visaram levantar elementos presentes na fala dos usuários ao demonstrarem suas concepções acerca dos

direitos sociais e da cidadania, em relação à rede de proteção social “oferecida” pela empresa. Portanto, na etapa posterior à coleta dos dados, foi dada atenção especial ao tratamento dos mesmos.

Outra etapa que consideramos de suma importância para realização do trabalho relaciona-se à seleção do universo no qual foram aplicadas as entrevistas. Como já mencionado, se confirma no campo empírico escolhido o caráter de segmentação da classe trabalhadora, expresso pelo conceito de hifenização do trabalhador. Tal constatação afetou diretamente a seleção dos usuários a serem entrevistados, visto que os trabalhadores contratados não podem solicitar quaisquer benefícios da rede em questão, os aposentados e pensionistas apresentam um acesso parcial à rede de benefícios e os trabalhadores que mantêm vínculo contratual direto com Furnas têm acesso pleno à rede de benefícios.

Assim, para captar olhares diversos sobre o assunto e com o intuito de minimizar possíveis distorções, a amostragem contou com 07 (sete) entrevistas, distribuídas entre usuários da rede de “benefícios” (01 empregado de Furnas, 01 empregado da Fundação Real Grandeza, 01 aposentado e 01 pensionista) e aqueles que não podem, por questões estatutárias, ser usuários da rede de benefícios (01 contratado de Furnas, 01 empregado da caixa de assistência e 01 terceirizado da Caefe). Há uma particularidade em relação aos empregados da Caefe. Apesar de estarem impedidos estatutariamente de acessar a rede de “benefícios”, eles garantiram, via acordo coletivo de trabalho, o acesso aos “benefícios” em questão, à exceção do empréstimo social, que será posteriormente caracterizado, como os demais “benefícios” prestados pela Caefe.

Portanto, ao término da coleta de dados, foi dado o tratamento às informações obtidas, através da tabulação das entrevistas e da análise dos dados. Nesta fase, foi possível perceber, dentre os elementos destacados pelos entrevistados em suas falas, suas concepções sobre direitos sociais e cidadania e, ainda, a incidência de correlação entre variáveis, tais como utilização dos benefícios, sexo, idade, condição cadastral (se é empregado, contratado, aposentado ou pensionista), dentre outras que foram exploradas no decorrer da elaboração da dissertação.

Foi realizada, também, a análise documental de periódicos, revistas, estatutos e regulamentos que fizessem referência aos “benefícios” prestados ao

trabalhador do grupo estudado, a fim de evidenciar mais elementos presentes na dinâmica das relações de trabalho, neste estudo de caso.

Cabe ressaltar a importância da etapa relativa à análise do “benefício” como categoria central do estudo proposto, por expressar a materialização da rede de proteção social privada ao grupo de trabalhadores estudado. Neste sentido, realizamos a caracterização dos benefícios aqui tratados, assim como seus históricos de criação no campo empírico, em relação aos momentos conjunturais do País. Esse momento do trabalho foi, ainda, dedicado a estabelecer um olhar sobre as questões levantadas pelos trabalhadores entrevistados quanto aos benefícios que tinham (ou não) acesso.

A parte final do trabalho discute a questão da classe trabalhadora no universo estudado, com ênfase no caráter heterogêneo dos trabalhadores, na atualidade, em especial em relação à hifenização do trabalhador, que é expressa fortemente no acesso às suas redes de proteção social privadas. Merece especial destaque os elementos evidenciados pelos entrevistados quanto à hifenização e seus rebatimentos concretos no universo pesquisado.

Dessa forma, a dissertação foi estruturada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. Esta estrutura apresenta o resultado do estudo realizado.

No primeiro capítulo, “A rede de proteção social ao trabalhador na iniciativa privada”, foram abordadas as referências empíricas e a caracterização das empresas, para a realização da pesquisa. Foi realizada uma breve recuperação histórica sobre a rede de proteção social aos trabalhadores no Brasil. Contém, também, reflexões sobre as correlações entre três categorias relevantes para a realização deste estudo – políticas sociais, direitos sociais e cidadania, com ênfase no processo de privatização das políticas sociais voltadas à classe trabalhadora. Foram realizadas, ainda, reflexões sobre o público e o privado nessa conjuntura, em especial quanto ao papel do Estado frente à classe-que-vive-do-trabalho.

O segundo capítulo, intitulado “Os benefícios e seus significados para o universo estudado”, trata sobre a caracterização dos benefícios disponibilizados pela Caefe aos seus associados. Nele são levantados elementos de reflexão quanto ao período e contexto de suas criações. Este segmento trata, ainda, sobre a análise dos elementos obtidos durante as entrevistas, quanto à percepção dos

trabalhadores sobre a rede de proteção social privada, à qual possuem é (ou não) acesso.

Já no terceiro capítulo, procurou-se problematizar a questão que deu origem a este estudo – Quem tem ofício realmente tem benefício? – destacando-se a composição da classe trabalhadora em Furnas e empresas subsidiárias, bem como a questão da “hifenização” do trabalhador neste contexto. A análise tomou sempre como base a rede de proteção social privada e a seletividade da prestação dos “benefícios” aos trabalhadores estudados.